

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA – SETOR DO LITORAL**

**ALUNA: MARIA INEZ SALOMÃO DE OLIVEIRA**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE: AS POLÍTICAS SOCIAIS UM OLHAR PARA O  
PROGRAMA BOLSA FAMILIA E SUAS CONDICIONALIDADES**

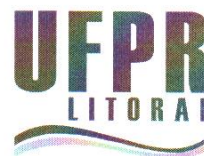
**Trabalho apresentado para conclusão do  
Curso de Especialização em Questão social na  
Contemporaneidade.**

**MATINHOS**

**Dezembro de 2013.**



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
UFPR Litoral  
Curso de Especialização em Questão Social  
pela Perspectiva Interdisciplinar




## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Mestre **ALMIR CARLOS ANDRADE**, realizaram em **07/12/2013** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MARIA INEZ SALOMÃO DE OLIVEIRA**, sob o título "**CONSIDERAÇÕES SOBRE: AS POLÍTICAS SOCIAIS: UM OLHAR PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES**", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "**A5**".

Matinhos, 07 de dezembro de 2013.

  
Prof. MSc. Almir Carlos Andrade

  
Prof.ª. Dra. Édina Vergara Fagundes

  
Prof.º Msc. Marcos de Vasconcellos Gernet

  
MARIA INEZ SALOMÃO DE OLIVEIRA  
Estudante

### Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena  
A5 = Aprendizagem Suficiente

### Conceitos de reprovação

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente  
AI = Aprendizagem Insuficiente

### OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APOSTADOS PELA BANCA PARA O ADIANTE FINAL DO TRABALHO.



## RESUMO

O presente trabalho procurou realizar uma breve contextualização na trajetória das políticas públicas no Brasil, como a classe trabalhadora vem conquistando seus espaços no sistema capitalista, analisando as lutas desta classe e a evolução das políticas sociais dentro do capitalismo. Também tentou mostrar como surgiu a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e como ela enxerga a fragilidade social. Fez ainda uma breve dissertação sobre o Sistema Único da Assistência Social – SUAS e descreveu rapidamente sobre a instituição dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS no Brasil, pontuando seus objetivos. Dissertou, também, um pouco sobre o Programa Bolsa Família e sua importância enquanto política pública que busca a inserção das crianças, adolescentes e suas famílias no âmbito escolar e nas políticas públicas de saúde e assistência social. Nossa prática revela um alto índice de falta escolar, enquanto que os demais programas mostram que vem sendo utilizados pelas famílias e seus filhos com frequência equilibrada. Demonstra ainda, que estas faltas se dão em sua grande maioria por doença e outros como: gravidez na adolescência, trabalho infantil, falta de transporte, barulho e distração na sala de aula. Temos também um bom número de falta por desinteresse do aluno e um menor índice por Bullying e ameaça de violência.

## ABSTRACT

This study sought to conduct a brief background on the trajectory of public policies in Brazil, as the working class is winning their spaces in the capitalist system, analyzing the struggles of this class and the evolution of social policies within capitalism.

Also attempted to show how the Organic Law of Social Assistance emerged - Invalidity and how she sees the social fragility. He also made a brief dissertation on the Unified Social Assistance System - HIS and described briefly about the institution of Reference Centres for Social Assistance - CRAS in Brazil, scoring their goals. Also lectured a bit on the Bolsa Familia Program and its importance as a public policy that seeks the inclusion of children, adolescents and their families in schools and public policies in health and social care. The theoretical framework of our study sought to show the difficulties faced by families receiving Bolsa Familia program to comply with the conditions, particularly those relating to school attendance. Our practice reveals a high rate of school absence, while other programs show, which has been used by families and their children with balanced frequency. Also shows that these faults occur mostly by disease and other as pregnancy, adolescence, child labor, lack of transportation, noise and distraction in the classroom. We also have a good number of absences for the student disinterest and lower rates by Bulling and threat.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende mostrar as vantagens do Programa Bolsa Família; tendo em vista que seu potencial, para emancipar as famílias mais pobres, através de dois grandes setores: Educação e Saúde, que é de fundamental importância na vida do ser humano, mostrando que, a permanência das crianças e adolescentes na escola vai motivá-lo na busca do conhecimento que irá garantir-lhes, que no futuro, sejam capazes de competir no mercado de trabalho e gerirem com confiança e dignidade seus próprios destinos.

O Programa oferece condições para que as famílias garantam o direito de seus filhos à saúde, através da perseverança e respeito pelo período vacinal que irá garantir-lhes que estejam protegidos das doenças infectocontagiosas capazes de causar danos irreparáveis.

O Programa Bolsa Família é muito bem elaborado e tem tudo para dar certo assim vem sendo rigorosamente acompanhado, mas conforme estatísticas, tem mostrado dificuldades em fazer com que as famílias cumpram sua parte para permanecerem no Programa.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar uma pesquisa onde discutiremos a metodologia do Programa Bolsa Família, na tentativa de apresentar o que vem sendo realizado, afim de que se tenha uma melhor compreensão do mesmo, o que acreditamos possa ajudar melhorar o acompanhamento das famílias que recebem o benefício, principalmente as que se encontram em descumprimento de condicionalidades, favorecendo a busca ativa e o acompanhamento nos grupos do PAIF. -(programa de atendimento integral a família).

Este artigo deseja focar o trabalho que vem sendo realizado pela assistência social nos CRAS- (Centro de Referência da Assistência Social), para acompanhamento das famílias que recebem o benefício do Bolsa Família; como ocorre o acompanhamento destas famílias, focando principalmente nos problemas encontrados para que as famílias não caiam com tanta frequência no descumprimento de condicionalidade e identificando o motivo principal que conduz as famílias a descumprirem sua parte no Programa.

A pesquisa será realizada em dois CRAS, no município de São José dos Pinhais Pr, através de questionários que serão respondidos pelas famílias que

se encontram em descumprimento de condicionalidade do Programa Bolsa família.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLITICAS SOCIAIS PUBLICAS NA AMERICA LATINA.

As políticas e os direitos sociais se organizam e ganham corpo, através do capitalismo concorrencial e monopolista, também no processo de lutas políticas das classes trabalhadoras que buscaram ao longo dos tempos os direitos sociais nos dois últimos séculos.

Na opinião de PAIVA E OURIQUES, apud LIDIANE, pg. 18, as políticas sociais no sentido de intervenção estatal tem suas origens não somente na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, mas também pelas lutas políticas que ganham notoriedade nos processos de ampliação dos direitos sociais ocorrido na passagem do século XIX para o século XX.

Muito embora a classe trabalhadora tenha lutado e conquistado alguns dos seus direitos ao longo do tempo, o capitalismo ainda é imperante e dominador e a exploração da mão de obra continuam sendo o trampolim para que o capitalismo possa reinar.

Para Silva e Silva Maria Ozanira e Yazbek Maria Carmelita, 2010. “Os momentos históricos confrontam fortemente a realidade, tendo em vista que tanto as lutas de interesse, quanto os atuais processos de globalização valoriza o capital e suas corporações, promovendo na atual contemporaneidade, inseguranças e desigualdades sociais”.

Mesmo visando, os atuais desenvolvimentos econômicos e aumento do número de emprego; a melhoria na de vida do povo brasileiro ainda deixa a desejar se comparado a alguns países da América Latina, principalmente no que diz respeito educação e distribuição de renda. A mais valia e a exploração

da mão de obra trabalhadora, se deu desde os tempos primórdios da escravidão, seguindo daí para o período após a libertação e ainda nos dias atuais onde a população negra deixa-se explorar para se manter no mercado de trabalho, ou tendo que submeter-se ao Estado através de financiamentos.

Historicamente, a constituição do mercado de trabalho no Brasil, passou por momentos importantes, destacando-se os antecedentes para a constituição do trabalho livre, que vai da abolição da escravidão (1888) a Revolução de Trinta (1930), quando se inicia o processo de industrialização, passando pelo Brasil Colônia (1808) até a República (1889). (MARIA OZANIRA, Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo pág. 11).

A organização monopolista sentiu a necessidade de controlar o mercado e assim introduz na sociedade a tão temida alta dos preços das mercadorias, elevando também as taxas de lucro do monopólio.

As relações capitalistas de produção de valores e troca de mercadoria, contribuem para o acúmulo do capital e provoca a separação entre a classe trabalhadora e os meios de produção.

O Estado é submisso ao capitalismo, que através das lutas de classe busca nas políticas democratas uma forma de responder as classes sociais sob seus direitos. Neste contexto as políticas sociais tentam socializar os lucros entre as classes trabalhadoras. No capitalismo monopolista as políticas sociais representam o meio para exercer a exploração da classe trabalhadora e a valorização do capital.

As políticas públicas, aparecem na história em três dimensões: "Estado, economia e o sujeito que se submerge no capitalismo monopolista. Quando se discute políticas públicas sociais, não podemos deixar de analisá-las através do ângulo: Estado, sociedade e economia; assim estaremos falando da relação das políticas com o capital e trabalho." (GONCALVES, 2010)

Desta forma, o capitalismo e as políticas sociais são definidas como "objeto de

mediação entre o preço da força de trabalho e a valorização do capital.”  
(MACHADO E KIOSSEM 2012).

De acordo com o projeto monopolista o Estado utiliza as políticas sociais como meio de manter a submissão das classes, fazendo que conforme, interesse do Estado, o individuo sinta-se um cidadão, quando usufrui de seus direitos.

Assim, a produção se pauta pela desigualdade e exploração do trabalho, onde a produção e a política são definidas pelas classes dominantes, cuidando mais dos interesses das elites do que dos interesses da população mais pobre.

As exigências do capitalismo têm como eixo os países industriais, voltados mundialmente para a produção Latino Americana, que através dos polos de produção e circulação das mercadorias produza efeitos contraditórios a economia, onde a força trabalhadora é reduzida ao salário mínimo, mas enquanto consumidor é muito importante para o Estado capitalista (MARX E MARINI apud LIDIANE P. 20).

O capitalismo impera através das indústrias, de produção e circulação de mercadorias, reduzindo a classe trabalhadora ao salário mínimo, ao mesmo tempo em que a estimula para o consumo, afim de que o capitalismo se auto sustente.

Assim, o individuo é estimulado a manter sua submissão e pequenez diante do sistema, acreditando que sua participação nas políticas sociais é escassa e que enquanto cidadão deve colaborar com o estado, permitindo a expansão da exploração da classe trabalhadora.

“Considera-se que o Estado cria condições para satisfazer as necessidades sociais básicas da população pelas ações políticas cabíveis e administradas pelas políticas de assistência social, saúde, educação e segurança.”  
(MACHADO e KIOSSEN 2012)

Desta forma, a política pública não deve ser forma de aliviar a pobreza, mas meio para mobilizar e transformar a sociedade através de um interesse comum.

As políticas são contraditórias, quando viabiliza a vitória das lutas contra o capital, viabiliza também, condições para que a força trabalhadora continue sendo explorada.

Sendo assim, o capital ganha forças, através das artimanhas políticas dos que regem o estado e transforma as conquistas das classes trabalhadoras em meios para promover as próprias conquistas e para a manutenção dos interesses capitalistas.

Em toda a história de desenvolvimento do capitalismo, observa-se a dinâmica estrutural, que situa as classes sociais na contradição fundamental que movimenta a sociedade e permite a acumulação do capital; e ao mesmo tempo e como resultado dessa dinâmica estrutural, observa-se o Estado em seu papel de organização social e política e manutenção ideológica do sistema capitalista. (GONCALVES pg.33)

As políticas públicas no contexto capitalista têm como objetivos, estreitar as relações entre os indivíduos e a sociedade, tendo o estado como mediador e representante desta sociedade, visando estabelecer o bem estar dos indivíduos. O bem estar é uma versão criada pela economia mundial, com o objetivo de avaliar a organização sócio econômica. O capitalismo se firma sobre a ideologia da liberdade para esconder sua falsa estabilidade e persistir organizando o mercado social.

Essa concepção valoriza as noções fundamentais do liberalismo econômico, que vê no mercado a regulação natural da economia e da sociedade. Como decorrência, os conceitos de utilidade e otimização, que combinam lucro e satisfação do consumidor, são critérios de avaliação econômica e ao mesmo tempo social. (GONCALVES pg. 34).

No neoliberalismo esta avaliação se dá através da satisfação dos indivíduos em consumir. Assim sendo, o capital permite o crescimento do monopólio, impossibilitando a livre concorrência.

O capitalismo tem como uma de suas características no modo de produção proporcionar dificuldades para que a sociedade se organize economicamente, não permitindo que os trabalhadores tenham acesso ao emprego e sucesso

daqueles que são autônomos.

“Os direitos sociais tem, então, como sujeitos, os trabalhadores, sendo uma parte, que se refere àqueles que têm trabalho remunerado e outra parte se refere aos trabalhadores que não tem emprego.” (SINGER apud GONCALVES,2010).

Favorecendo assim o crescimento da pobreza e a dependência dos indivíduos ao Estado e suas políticas. Isto faz, com que a venda da mão de obra não ocorra livremente, e sim, seja imposta, dando aos trabalhadores condições mínimas de sobrevivência.

Isso resulta em que sempre haja trabalhadores sem meios de sobrevivência e sem condições de acesso ao mercado. A mesma situação faz com que o trabalho não seja realmente escolhido, mas imposto nas condições que interessam aos donos dos meios de produção.

Desta forma, seguridade social se subdivide em duas partes: uma que satisfaz aos trabalhadores, através do salário mínimo e outra que se refere aos desempregados pelo acesso das políticas sociais.

Na visão capitalista, o trabalho representa o capital na produção e no consumo. Enquanto as conquistas dos trabalhadores para o capitalismo significa exploração da mão de obra.

Com a crise no capitalismo, inverte-se então a forma de funcionamento do neoliberalismo. Cresce o monopólio através do avanço tecnológico, roubando a necessidade da mão de obra; tornando assim maior a produção do que o consumo.

“Então, o monopólio é uma realidade, a garantia do bem estar dos indivíduos que deveria contar com a intervenção do Estado.” (GONCALVES, 2010).

Assim sendo, o monopólio continua existindo, cabendo ao Estado organizar e determinar o bem estar social; subsidiando a produção e proporcionando o mínimo a cada um.

“A concentração da riqueza, das decisões e da produção e sua centralização, vão eliminando cada vez mais a liberdade do consumo.” (FALEIROS apud GONCALVES, 2010).

No capitalismo monopolista, é importante que o indivíduo acredite estar escolhendo, daí a importância da mídia para fazê-lo acreditar que é bom para si, quando na verdade só é bom para aquele que produz.

Neste contexto, surgiu a concepção de direitos sociais, após a burguesia integrar de forma ideológica os direitos civis e políticos.

No decorrer do desenvolvimento capitalista e exploração do trabalho, a classe trabalhadora se organizou através do movimento operário que abriu os caminhos para que surgissem os sindicatos e movimentos grevistas, daí a questão dos direitos sociais.

O século XX foi palco onde os direitos políticos e sociais, progrediram e regrediram ao mesmo tempo, após ser proclamada a “Declaração dos Direitos do Homem” reconhecendo assim a igualdade entre os seres humanos, impondo aos governantes a obrigação de criar políticas públicas sociais.

“A depressão de 1930 também, impõe novos contornos as políticas sociais, levando a instituição de leis de proteção ao trabalho nos Estados Unidos e em outros países, tanto pela garantia de emprego, como pela normatização do trabalho.” (GONCALVES, 2010).

A partir daí, cabe ao Estado garantir o bem estar social, o acúmulo do capital e a força de trabalho para que ocorra o desenvolvimento político e a sociedade

possa sobreviver. Para entender as políticas sociais se faz necessário entender a dinâmica social, que aparecem em meio as necessidades dos indivíduos e se vão transformando em direitos sociais. E só a partir desta análise e que se pode entender o capitalismo e as transformações sociais.

*LEI ORGANICA DA ASSISTENCIA SOCIAL- LOAS X SUAS-Sistema Único da Assistência Social.*

A Lei Orgânica de Assistência Social surgiu em sete de dezembro de 1993, promulgada sob o nº 8.742, após a Constituição Brasileira de 1988, com o objetivo de organizar a assistência social, que como direito e política pública deve ser garantido por Lei.

“Esse arcabouço legal, vem sendo aprimorado desde 2003, a partir da definição do governo de estabelecer uma rede de proteção e promoção social, de modo a cumprir as determinações legais.” (LOAS, CADERNO MDS 2010).

Assim sendo, a assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, que deve ser integrada as demais políticas de enfrentamento a pobreza, conforme preconiza a lei.

Falando da integração de políticas públicas setoriais, devemos destacar que o Governo Federal utiliza o cadastro único para os programas sociais.

O governo tem no cadastro único um importante instrumento para inclusão e acompanhamento das famílias socialmente fragilizadas, permitindo que cheguem os dados informados e cruzamento dos mesmos com outras políticas. Em 2005 surgiu o SUAS, cujo objetivo foi desfragmentar e efetivar as políticas públicas, marcando a transformação da assistência em direitos que foram conquistados através das muitas lutas da classe trabalhadora.

A assistência social, assim sendo, é um direito de todas as pessoas em situação de risco social e vulnerabilidade sócio econômica; tendo em vista que as necessidades pessoais e sociais não satisfeitas prejudicam de forma crítica a capacidade do indivíduo de expressar-se e participar da vida em sociedade. Levando em consideração que falta de alimentação na infância causa prejuízos irreversíveis na vida do indivíduo.

A falta de oportunidade de uma criança de ir para a escola, porque necessita trabalhar para ajudar no orçamento familiar, exclui a pessoa da convivência grupal e da concorrência do mercado de trabalho.

Sendo assim, as políticas públicas de assistência social, visam prestar atendimento aqueles que não tiveram oportunidade de garantias previdenciárias e suprir suas necessidades básicas.

“Na assistência social, as políticas públicas possuem vários mecanismos de proteção, serviços e benefícios sócios assistenciais. Podendo estabelecer várias formas de assistência, sem deixar que os indivíduos deixem de ser atendidos, conforme preconiza a LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social e a NOB-(Norma Operacional Básica) SUAS- (Sistema Único de Assistência Social)”.

“A assistência social é organizada em um sistema descentralizado e participativo, denominado de Suas - Sistema Único de Assistência Social”

(Caderno Desenvolvimento Social pg.13)

Pelo SUAS, as ações sociais se organizam através dos territórios onde residem os usuários com objetivo de oferecer por meio da proteção básica e especial programas, projetos, serviços e benefícios, visando a prevenção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e pobreza.

Segundo Lidiane, “à medida que se busca desenvolver potencialidades e fortalecer vínculos é necessário ter cautela para não se fazer uso do fenômeno psicologização da questão social.” (Leal Lidiane Ramos, 2010 ).

O desenvolvimento de potencialidades garante defesa de direitos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Fazendo com que as famílias vençam suas dificuldades participando mais intensamente da vida comunitária.

De acordo com, “as Orientações Técnicas da Proteção Social Básicas do SUAS – Centro Referencia de Assistencia Social- CRAS traz um conjunto de diretrizes e informações para apoiar os municípios e o Distrito Federal, no planejamento, implantação e funcionamento do CRAS- Apoia também os Estados e União no processo de acompanhamento da implantação destas unidades, contribuindo para a consolidação do Sistema Único de Assistencia Social .”( Manual de Orientações Tecnicas Centro de Referencia de Assistência Social pg. 15).

Assim sendo, o CRAS é uma unidade de base municipal, que se localiza em locais e bairros de maior vulnerabilidade e risco social, sendo conhecido como o Centro de Referencia dos Usuarios da Assistencia Social, cuja finalidade é prestar os serviços assistenciais de proteção básica aos moradores do territorio abrangido pelo mesmo. O CRAS é também o lugar onde não se executa apenas o Programa de Atenção Integral à Família, PAIF-(Programa de Atendimento Intensivo à Família) que consiste no acompanhamento das famílias beneficiarias do Bolsa Familia, serviços de convivência e segurança alimentar, mas muitos outros.

#### O PROGRAMA BOLSA FAMILIA.

Os programas de transferência de renda vêm se destacando desde os anos 80 na busca de enfrentar a pobreza e o desemprego, ocorrendo assim o desenvolvimento, que inicialmente receberam o nome de “Programa de Renda Mínima e Programa Bolsa Escola,” tendo sua sistematização passado por algumas metamorfoses, ate tornar-se em 2003 no Bolsa Familia, cujo proposito

è de unir os diversos programas já existentes em um único programa de transferência de renda”. (SILVA E SILVA MARIA OZANIRA E VALERIA FERREIRA, 2010).

O Programa Bolsa Família, apresenta grande potencial para apoiar as famílias e tem como objetivo amenizar as dificuldades financeiras que as impedem de mandar seus filhos para a escola. Educação e saúde hoje são de fundamental importância na vida do sujeito. Assim, o combate à fome é o seu principal objetivo, mas também pretende motivar a permanência da criança e adolescente na busca do conhecimento, que ira garantir-lhes que no futuro sejam capazes de competir igualmente no mercado de trabalho e gerirem com confiança e dignidade seus próprios destinos.

Como Programa de transferência de renda, tem como objetivo a transferência monetária direta para o individuo ou família em situação de extrema pobreza, atendendo a determinadas condicionalidades, ou seja, exigencias a serem cumpridas pelas famílias. Tais exigencias se referem a obrigação das famílias em manterem seus filhos matriculados e frequentando a escola. Oferece também condições para que as famílias garantam o direito de seus filhos a saúde através da obrigatoriedade de frequência da mãe ao prè natal e cumprimento do calendário vacinal. As condicionalidades que se referem ao trabalho buscam capacitar os indivíduos e sua família profissionalmente e introduzi-lo no mercado de trabalho. Estas exigências colaboram para que as crianças e adolescentes deixem as ruas para permanecerem na escola.

Assim sendo, o cumprimento das condicionalidades não é uma penalidade, mas sim a garantia dos direitos inclusos no programa. As ações e programas complementares incentivam as famílias para que tenham acesso a cursos

profissionalizantes buscando a emancipação da família e conseqüentemente promoção da autoestima individual.

Para participar do Programa as família necessitam estar inscritas no Cadastro Único. Um formulário preenchido pelos municípios e encaminhado ao MDS- (Ministério do Desenvolvimento Social) on line sendo as famílias responsáveis pelas informações passadas e devendo atualizá-lo a cada dois anos.

O principal critério, para ingresso da família no Programa é a renda percapta, que devera ser no máximo de 240.00. As que possuem renda menor são incluídas por primeiro.

“As famílias que possuem renda mensal entre, 70.01 a 140.00, só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescente entre 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal ate 70.00, podem participar do Programa qualquer que seja a idade dos membros da família.” (Agenda Familiar MDS pg.7).

As famílias recebem três tipos de beneficio básico do Programa Bolsa Familia podendo variar entre 68.00 o variável, 22.00 e 44.00 ou 66.00 conforme o numero de criança de zero a quinze anos. Para o BVJ- (Beneficio Variável Jovem) e de 33.00 ou 66.00conforme o numero de adolescente de dezesseis a dezessete anos.

As famílias que descumprirem as condicionalidade estão sujeitas a efeitos de acordo com a “Portaria GM/MDS 321 de 29 de setembro de 2008. Os efeitos são gradativos, podendo ser desde uma advertência, passando pela suspensão do beneficio, bloqueio do beneficio ate o cancelamento do mesmo; se for repetido por cinco períodos consecutivos.

- Primeiro descumprimento: advertência
- Segundo descumprimento: bloqueio do beneficio.

- Terceiro descumprimento: o benefício será suspenso por sessenta dias.
- Quarto descumprimento: o benefício será suspenso por mais sessenta dias.
- “Quinto descumprimento: a família poderá ter seu benefício cancelado.”

O acompanhamento da frequência escolar é feito pela instituição de ensino através de 85% da presença em sala de aula, enquanto a saúde acompanha através de busca ativa as famílias que não cumprem o calendário vacinal e frequência da futura mãe ao pré natal.

“Após o acompanhamento, conforme calendário de cada instituição (saúde e educação) O governo federal identifica as famílias que não cumpriram os compromissos no período, as notifica e procede a repercussão do descumprimento na folha de pagamento”. O gestor encaminha ao CRAS a listagem das famílias em descumprimento de condicionalidade que inicia a busca ativa destas famílias para apresentar on line às justificativas pelo descumprimento dos compromissos.

Antes de apresentar as justificativas, a técnica de referência reúne as famílias, prestando-lhes informações para que possam ficar atentos, a fim de não recaírem em descumprimento.

Depois de realizadas as justificativas do descumprimento as famílias são acompanhadas no PAIF- (Programa de Atendimento Intensivo a Família) por três meses, continuando a alimentar o sistema.

Este trabalho que vem sendo realizado em rede e passa pelo acompanhamento sistemático da saúde, educação e assistência social.

O acompanhamento pela assistência social ocorre através da busca ativa mensal das famílias em descumprimento de condicionalidades, trazidas até o

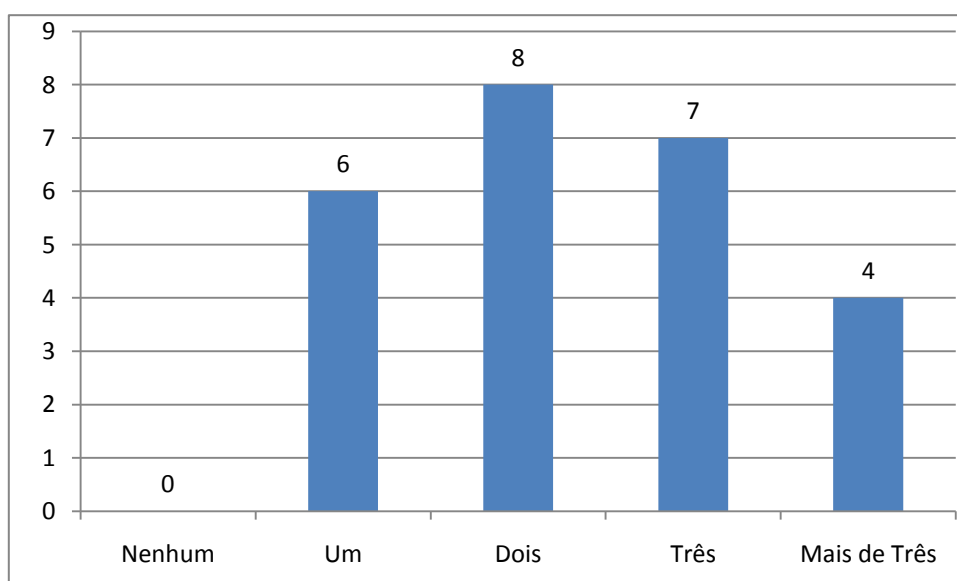
CRAS, onde participam de reuniões de orientação e são agendadas para realizar via sistema do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) as justificativas dos motivos que os levaram ao descumprimento.

As penalidades passam por etapas a fim de ajudar as famílias a não perderem o benefício. Sendo: advertência, primeira suspensão, segunda suspensão, terceira suspensão, bloqueio do benefício e desligamento do benefício.

### METODOLOGIA

Nossa pesquisa foi realizada nos CRAS: Jose Zen e Cyro Pellyzari II, no Município de São Jose dos Pinhais, através da aplicação de questionários que foram preenchidos pelas famílias que se encontram cadastrados no Programa Bolsa família através do preenchimento do caderno formulário de Cadastro Único e recebendo o benefício pago pelo mesmo, as famílias em situação de vulnerabilidade social que se encontra em descumprimento de condicionalidades do Programa. Foram convocados cinquenta famílias em descumprimento de condicionalidades, mas apenas vinte e cinco destas, compareceram para a reunião onde foram respondidos os questionários, que conduziram nossa pratica.

### FILHOS NA ESCOLA



Através do gráfico acima, deduz-se que as famílias de baixa renda que estão incluídas no Programa Bolsa Família e encontra-se em descumprimento de condicionalidade, possuem entre dois e três filhos na escola.

Para o Programa Bolsa Família representa um ganho, tendo em vista que para o MDS existe sim, uma possibilidade de cumprimento dos objetivos do mesmo, que visam promover acesso dessas famílias a educação, saúde e assistência social.

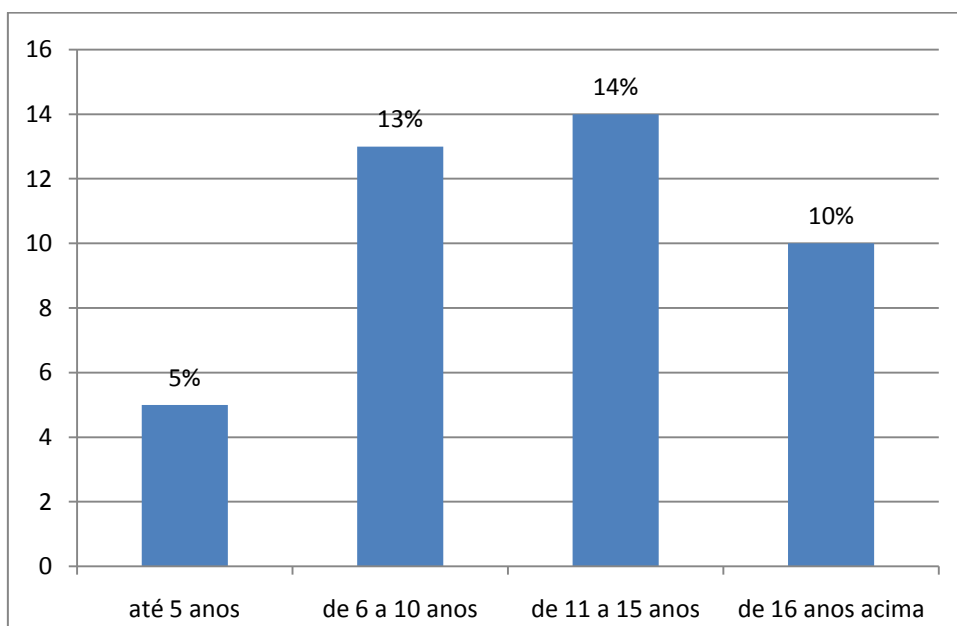
Assim sendo, conforme opinião de Paulo Freire, O aprendizado permite ao individuo visualizar-se interiormente, iniciando uma tomada de consciência de si próprio enquanto educando, de sua família e de sua real situação frente a sociedade. (Freire, em Educação como Prática da Liberdade 2011).

Desta forma o programa Bolsa família busca incentivar as famílias a manterem seus filhos na escola para que assim o individuo vislumbre horizontes mais claros na tentativa de buscar seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

Na visão de Paulo Freire não se educa um ser humano sem o auxílio da sociedade e o individuo não sobrevive no vazio do saber. (Freire, em Educação como Prática da Liberdade 2011).

A sociedade se faz necessária na vida dos individuos, pois com ela é que aprendemos a desenvolver nossos papéis em comunidade enquanto cidadãos dentro desta comunidade. O ser humano não consegue viver só nem isolado da sociedade, pois não consegue ser sozinho e realizar seu aprendizado de forma solitária e para aprender normas e regras a sociedade a se faz completamente indispensável.

## FAIXA ETÁRIA EM ANOS



No segundo gráfico é possível visualizar que 13% dos filhos das famílias inscrita no programa bolsa família e em situação de descumprimento das condicionalidades estão na faixa etária de 6 a 10 anos e 14% estão entre onze e quinze anos. Apenas 10% estão acima dos dezesseis anos, enquanto 5% das crianças na escola das famílias Socialmente fragilizadas são de zero a cinco anos.

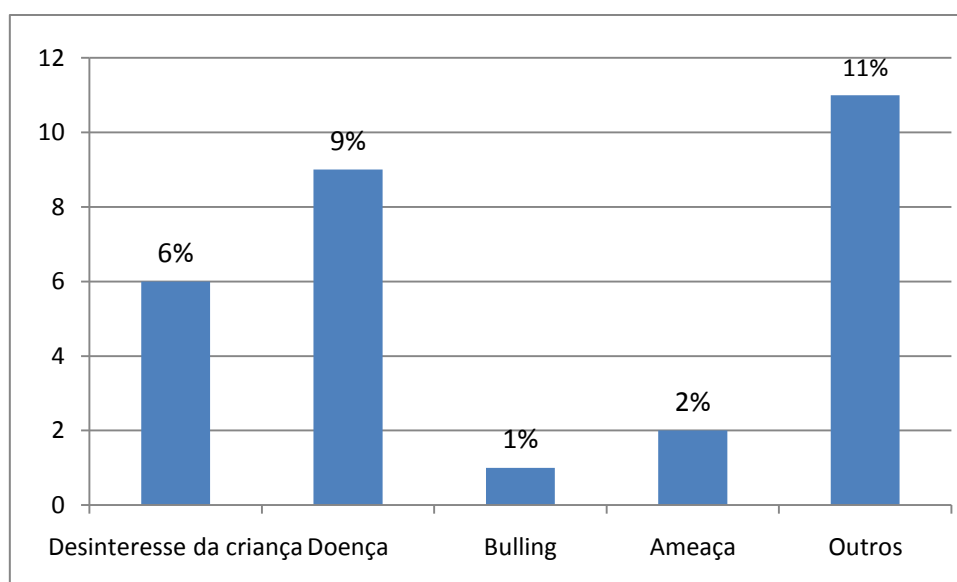
Assim sendo, “os direitos humanos são indivisíveis; a dignidade humana deve ser defendida em conjunto de direitos como educação, liberdade e alimentação.” (Delandes Keila e Lourenco Erika ,2002)

Ainda na opinião de Delandes e Lourenco, o acesso à educação pública de qualidade é gratuita e está contido na Constituição Brasileira, como direitos sociais, econômico, culturais e de cidadania.

Estas crianças estão inseridas nas escolas abaixo descritas: Escola Estadual Anita Canet, Escola Municipal Papa Paulo VI, Colégio Estadual Herbert de Souza, Escola Municipal Leonilda Ravagio Trevisan, Patronato Santo Antônio,

CMEI Santo Antônio, Colégio Estadual Chico Mendes, Escola Municipal Pedro Moro Rendeski, Escola Municipal Izaltina da Veiga, Escola Municipal Eunice Borges da Rocha, CEMEI Maria da Piedade, Colégio Estadual Eugenia Talamine, Colégio Estadual Barro Preto, Colégio Estadual Silveira da Motta, Escola Municipal Julia Vanderlei, CEBEJA, Escola Municipal Sara Taina Buja, Colégio Estadual Barro Preto,

### SE, FALTA NA ESCOLA. POR QUÊ?



Conforme dados do terceiro gráfico, supõe-se que 11% das faltas na escola dos filhos das famílias inscrita no Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, são devidos a outros motivos como: gravidez na adolescência, falta de transporte, desanimo da mãe, distração do aluno, barulho na sala de aula, trabalho infantil e faltas de vagas nas Escolas e CEMEIs. 9% das faltas são por doença da criança. Enquanto, 6% das desistências escolares nas famílias de baixa renda ocorrem por desinteresse do aluno, apenas 1% e por Bulling e 2% por ameaça de gangues.

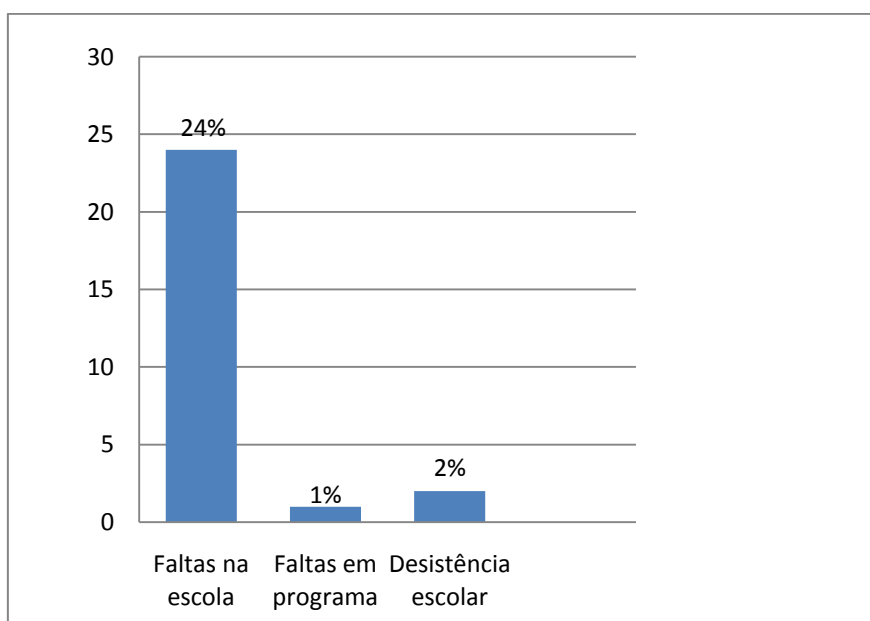
As desigualdades na escola acontecem fortemente no dia a dia escolar.

“Embora o direito a educação seja reconhecido e garantido pela lei, a escola ainda reflete as profundas desigualdades econômicas, sociais e culturais”. (Deslandes e Lourenco, 2002).

Assim sendo, conforme o MDS as condicionalidades são meios para que as famílias tenham acesso aos direitos a educação, saúde e assistência social e um bom monitoramento facilita a identificação das situações de vulnerabilidade que dificultam o acesso a estes direitos.

Todas as famílias entrevistadas estavam em descumprimento de condicionalidades por algum dos motivos apresentados em nossa pesquisa.

### CAUSAS DO DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES



De acordo com o gráfico acima, podemos constatar que 24% dos descumprimentos de condicionalidades do Bolsa Família, ocorrem devido a faltas na escola. Apenas 1% é por faltas em programas da saúde e 2% por desistência escolar.

Assim sendo, conforme opinião do Ministério da Educação “A baixa frequência escolar sinaliza sempre que algum fato esta perturbando, desestimulando ou

impedindo a ida diária à escola. É preciso agir no sentido de evitar, que a frequência escolar baixa, conduza ao abandono e a evasão escolar”.

na área de saúde os descumprimento são mínimos ou quase inexistentes.

## CONSIDERACOES FINAIS

O presente trabalho me ajudou a compreender coisas que muito me angustiaram. Por algum tempo acreditei que o descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa família se dava por negligencia dos pais, que não se empenhavam em enviar os filhos para a escola. Porem, a pesquisa por nós realizada mostrou que o descumprimento de condicionalidades envolvem muitos problemas que não a irresponsabilidade das familias pela educação de seus filhos.

Conforme os dados, conclui-se, que algo de errado vem acontecendo nas escolas que não seja apenas o desinteresse do aluno pela educação.

Em nossa pratica foi possível perceber que a grande maioria das causas de descumprimentos ocorre por faltas na escoa. Enquanto aos demais programas na área da saúde os descumprimentos são mínimos ou quase inexistentes

Através do levantamento de dados constatou-se, que todos os esforços nacionais já realizados, para que o Programa cumpra seus objetivos, a ausência escolar, apresenta grande entrave para que as familias não sofram as penalidades impostas pela política do Bolsa Família .

Com os dados levantados, foi possível visualizar, que o descumprimento de condicionalidades, ocorrem em maior índice por falta na escola, assim sendo se constatou que muitas destas faltas ocorrem por motivo de doença da criança e adolescente.

Atraves da coleta de dados se observou também, que o atestado apresentado à escola pelos pais é arquivado, para no final do ano abonar as faltas do aluno, caso o mesmo venha sofrer risco de reprovação por faltas, e que o encarregado de controle do sistema que alimenta o Programa Bolsa Família, tem acesso apenas ao diário de sala, onde constam as faltas do aluno não abonadas.

Conclui se então, que a parceria entre Escola e CRAS é de fundamental importância, para que nas reuniões de famílias em descumprimento, possa se sanar tais equívocos, diminuindo assim um bom índice de descumprimento de condicionalidades, evitando o prejuízo e transtornos causados às famílias que estão inseridas no Programa Bolsa Família; podendo também diminuir o acumulo de trabalho para a equipe do CRAS na busca ativa por estas famílias.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

**BEHRING**, Eliane Rossetti – **Politica Social fundamentos e Historia**. Editora Cortez 2011, nona edição.

**DESLANDES**, Keila e **LOURENCO**, Erika - **Por uma Cultura dos Direitos Humanos na Escola: Princípios meios e Fins**. Editora Belo Horizonte 2002 - primeira edição.

**FREIRE**, Paulo – **Educação como Pratica da Liberdade** Editora Paz e Terra 2011, decima quarta edição.

**GOCALVES M**, Maria da Graça – **Psicologia, Subjetividade e Políticas Publicas**. – Editora Cortez 2010.

**MDS** Bolsa Familia – **Bolsa Familia, Apoio Financeiro para Manter os Filhos na Escola** – disponível no site <http://www.cps-fgv-br/glo> Consultado no dia 10/09/2012.

**MDS**, Caderno – Orientações Técnicas **Centro de Referencia da Assistencia Social**. Brasília, 2011.

**MDS**, Programa Bolsa familia – **Agenda Familiar distribuição gratuita**.

**MDS**, Caderno – **LOAS Anotada**, Impressão 2010.

**MACHADO**, Edineia Maria – **Politica e Politica Social**. Disponível no site [http://www.br/revista/ss\\_revista/c\\_v3n1\\_politica\\_hm](http://www.br/revista/ss_revista/c_v3n1_politica_hm). Consultado em 20/

05/2013.

**MINISTERIO DA EDUCACAO, PANFLETO, Secretaria de Educação  
Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.**

**LEAL, Lidiane Ramos- TCC- O Direito Socioassistencial e as  
Condicionalidades do Bolsa Familia.** Florianópolis 2010.

**SILVA E SILVA, Maria Ozanira e Lima Valeria Ferreira Santos Almada –  
Avaliando o Bolsa Familia Unificação Focalização e Impactos,** Editora  
Cortez 2010.

**SILVA e SILVA, Maria Ozanira e Yazbek, Maria Carmelita – Políticas Publicas  
de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** Editora Cortez 2012.  
Terceira edição.

**SOUZA, Leonilda Pereira - CRAS no Paraná, Resultados do Senso SUS  
2011.** Disponível no site <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php> consultado no  
dia 10/09/2013

**SUAS, Caderno Desenvolvimento Social.**

## Questionário

- 1- Quantos filhos você tem na escola?  
 Nenhum  um  dois  três  mais de três
- 2- Qual a idade das crianças?  
 menos de dez anos  menos de quinze anos  quinze anos ou mais
- 3- Nome da escola que frequentam?  
1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_  
3 \_\_\_\_\_
- 4- Você recebe do Programa Bolsa Família?  
 sim  não
- 5- Esta em descumprimento de condicionalidades?  
 sim  não
- 6- Porque você esta em descumprimento de condicionalidades?  
 Faltas na escola  
 Faltas de vacina  
 Faltas na pesagem  
 Faltas nos programas  
 Outros \_\_\_\_\_
- 7- Se faltas na escola porque?  
 Desinteresse da criança  
 Doença  
 Bulling  
 Ameaça  
 Outros \_\_\_\_\_
- 8- Se falta em programa qual?  
 Diabete  
 Prè natal  
 Hipertensão

( ) Puerpério

( ) Outros \_\_\_\_\_